

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

CONTRIBUTOS OPERÁRIOS PARA A EDUCAÇÃO POPULAR EM PORTUGAL. O CASO DA FÁBRICA DE CONSERVAS S. FRANCISCO, DA EMPRESA JÚDICE FIALHO, EM PORTIMÃO.¹

Helder Faustino Raimundo²

Resumo: Este artigo debruça-se sobre o período histórico do pós revolução de abril de 1974, a abril de 1976, usando como quadro concetual a noção de educação popular e como contexto empírico a fábrica de conservas “S. Francisco” da empresa Júdice Fialho, localizada na cidade de Portimão. Pretende abrir algumas ideias para perceber de que forma o operariado se organizou em comissões de base, para lutar em defesa de melhores condições de vida e de trabalho. Pretende, ainda, compreender os mecanismos usados para desenvolver um processo educativo de aprendizagem autónoma e emancipatória relativa ao trabalho e à vida social.

Palavras-chave: autonomia; educação popular; emancipação social.

Abstract: This article focuses on the historical period after the revolution from April 1974, to April 1976, using as a conceptual framework, the notion of popular education and as empirical context the cannery factory “S. Francisco”, from Júdice Fialho Company, located in the city of Portimão. It is meant to open some ideas to understand how the working class was organized, based on commissions, to fight in defense of a better life and work conditions. It also intends to understand the

¹ O presente artigo toma como base de trabalho o projeto de tese de doutoramento apresentado, discutido e aprovado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e serve de primeira reflexão teórica sobre a investigação em curso.

² Mestre em Educação de Adultos pelas Universidades de Sevilla e do Algarve, doutorando em Educação, especialidade de Formação de Adultos no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Professor no Departamento de Ciências Sociais e da Educação da Escola Superior de Educação e Comunicação, da Universidade do Algarve, Campus da Penha, 8005-139, Faro, Portugal. Email: hraimund@ualg.pt

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

mechanisms used to develop an educational process of autonomous and emancipated learning on work and social life.

Keywords: autonomy; popular education; social emancipation.

Introdução:

No outono de 1974, as operárias conserveiras de Portimão desenvolveram uma luta coletiva pela celebração do seu primeiro contrato coletivo de trabalho. Na agitação solidária dessas noites, as operárias permaneceram durante muitas noites à porta das fábricas de conserva de peixe, aquecendo-se à roda de fogueiras, recebendo o apoio de muitos outros trabalhadores e de estudantes. Na fábrica “Liberdade”, onde havia a possibilidade do patrão retirar conserva embalada para exportação, organizaram-se piquetes para impedir a saída da produção, como forma de pressão para a posterior assinatura do contrato coletivo.

Durante essas noites surgiram, espontaneamente ou de forma organizada, debates, canções, protestos, pequenas ações de rua. Numa dessas noites, com a presença de um músico do GAC (Grupo de Acção Cultural ‘Vozes na Luta’), e a partir de um tema musical de intervenção em voga na altura, os presentes foram escrevendo uma canção de protesto que aludia à luta em movimento. A canção foi tomando forma, a partir da reescrita de cada uma das vezes em que era cantada em uníssono por operárias e estudantes que, em conjunto, faziam dos momentos de greve e de protesto, ações de educação popular e artística.

Muito tempo passou desde então. Dessa canção, pouco mais se soube, apenas que provavelmente teria resistido como testemunho na memória de alguém. Em 1994, aquando das comemorações dos 20 anos do 25 de abril, a canção reaparece na obra coordenada por Francisco Martins Rodrigues intitulada

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

O Futuro Era Agora. O movimento popular do 25 de Abril. O livro recupera um conjunto de 53 testemunhos de pessoas que tinham vivido, de forma ativa, os chamados “580 dias de ‘poder popular’”, entre a revolução de 25 de abril de 1974 e o golpe militar de 25 de novembro de 1975. Nesse livro, a páginas 16, encontra-se o texto de um poema/canção de nome “A Luta das Conserveiras”, sem referência de autores e sem qualquer suporte melódico. Percebemos melhor o contexto da canção, lendo os testemunhos de Maria Luísa Ernesto (conserveira) e de Maria Luísa Segundo (empregada comercial) presentes na mesma obra. Ambas se referem aos momentos acima descritos, das seguintes formas: «O ponto alto da luta foi no final de 1974, quando estivemos paradas mais de 30 dias, com piquetes dia e noite para impedir a entrada de peixe e a saída das conservas. Foram noites seguidas à volta das fogueiras. Mas conseguimos» (ERNESTO, 1994, p. 15); «Estive na luta das conservas que se arrastou por um mês. O Algarve ficou paralisado.... Na altura havia um grupo de intervenção cultural, o GAC. Pedimos a eles para virem cá baixo cantarem. Estiveram cá mais ou menos uma semana a apoiar a luta das conserveiras, percorrendo todo o Algarve, para impedir que saíssem conservas das fábricas» (SEGUNDO, 1994, p. 152).

Este encontro, aparentemente fortuito, entre um investigador e uma canção, pode ter sido uma das causas, quiçá a causa primeira, de uma motivação para investigar os processos de educação popular vividos de forma intensa, autónoma, coletiva e radical, nos dois anos de abril a abril, de 1974 a 1976.

Este artigo debruça-se sobre esse período histórico, usando como contexto empírico a fábrica “S. Francisco” da empresa Júdice Fialho, localizada na cidade de Portimão, no sul de Portugal. Pretende abrir algumas ideias para perceber de que forma os operários e as operárias conserveiras se organizaram, para lutar em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, numa das fábricas que

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

integravam o 'império' da empresa Júdice Fialho (RODRIGUES, 1999). Pretende, ainda, compreender os mecanismos usados para articular a sua organização e a sua luta com as restantes fábricas da empresa, e ainda com todo o setor conserveiro da cidade. E ainda, de que forma encararam o confronto com o domínio sindical, afrontando os objetivos e as ações do Sindicato das Conservas, tomado pelo Partido Comunista Português (PCP) alguns dias depois da revolução de abril (JORNAL DO ALGARVE, 1974).

As respostas a estas questões parecem-me ser fundamentais para perscrutar a história, pela voz das pessoas que quase nunca a fazem ouvir. A história das sociedades deve ser construída assim, pelo olhar ao mesmo tempo crítico e apaixonado, dos que não se inscrevem nos livros de história. A construção dessas respostas poderá determinar uma reflexão partilhada entre o investigador e os atores desses momentos, realizando uma interpretação que é, ao mesmo tempo, ação e autoria da história (GEERTZ, 1997). Como muito bem afirma Hobsbawm (2002), «a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenómenos mais característicos e lúgubres do final do século XX (p. 15).

É na tentativa de estabelecer uma linha de aprendizagem a partir dessas experiências do passado, que julgo útil analisar os contributos dados à educação popular pelo movimento operário desencadeado pelas mulheres e homens da fábrica Júdice Fialho.

No primeiro ponto tento situar a noção de educação popular, partindo de uma visão cronológica. No segundo ponto apresento uma pequena síntese histórica sobre o movimento popular do 25 de abril de 1974, com base na investigação histórica e sociológica. De seguida, apresento uma análise sobre a questão da educação popular, produzida no período entre 1974-1976, a partir da

perspetiva teórica das ciências da educação. Ainda tento concetualizar alguns sinais da dimensão educativa autónoma e emancipatória presentes na educação popular, no período considerado. Finalmente procedo a uma apresentação, muito resumida, do contexto empírico de investigação, um bairro operário adjacente a uma fábrica de conservas, na cidade de Portimão. No final, apresento algumas notas de reflexão sobre as questões mais pertinentes da investigação em educação popular.

1. A noção de educação popular

A educação e a formação de adultos representam um vasto campo de análise e investigação na área científica das ciências da educação. No contexto atual de pós-modernidade, ou de capitalismo tardio, como muitos afirmam (LYOTARD, 1989; SOUSA SANTOS, 1993), a educação e a formação das pessoas adultas devem ser encaradas a partir de uma perspetiva global, cruzando várias vertentes epistemológicas, teóricas e metodológicas (CANÁRIO, 1999; JARVIS, 2000). Se numa primeira fase, nos “trinta anos gloriosos”, nos mostrou ser um campo humanista de educação para o desenvolvimento social, nos últimos decénios do século XX parece ter sido erodida e relegada para o papel instrumental e secundário da vocação profissional (CARRÉ E CASPAR, 2001; FINGER E ASÚN, 2003). Assim, dado o conjunto de abordagens teóricas que pretendem recolocar a educação e a formação de adultos num papel emancipatório dos cidadãos e das sociedades atuais, parece-nos justo pretender acrescentar alguns contributos teórico-empíricos a este desiderato. O presente artigo coloca o seu interesse de abordagem na problemática da educação popular, na perspetiva concetual avançada em momentos diferentes por Melo e

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

Benavente (1978), Stoer (1986), Santos Silva (1990), Lima (2005) e Canário (2007a; 2007b; 2008; e 2009).

Em primeiro lugar convém esclarecer que o conceito de 'educação popular' aparece na literatura do campo da educação de adultos segundo vários entendimentos, e de acordo com as perspetivas científicas de cada época ou país. O termo 'popular', associado à educação, muitas vezes quer significar sentidos diferentes.

Por exemplo, Mónica (1976; 1980) utiliza-o no campo da investigação histórica para significar a educação das classes e camadas populares, nas primeiras décadas do século XX. Neste caso, e de acordo com o sentido educativo do 'popular', quis-se dizer e falar da instrução do povo, no dealbar do século passado, quando a república portuguesa se pretendia estabilizar, também a partir da bandeira da educação do povo. Isto, no momento em que para o capitalismo a instrução significava melhoria dos resultados das mais-valias dos trabalhadores e da sua concomitante exploração de trabalho.

Outra diferente perspetiva pode herdar a sua concetualização teórica dos movimentos sociais de matriz liberal ou socialista, que no século XIX marcaram um caminho educativo alternativo ao do estado. Esse caminho assentou numa ação social que partia do objetivo de instrução e doutrinação cívica republicana, quase sempre veiculada por intelectuais e líderes operários de meios urbanos, organizados em associações operárias nas principais cidades, como bem acentua Santos Silva (1990).

Em contextos históricos latino-americanos encontramos, correntemente, a concetualização da educação popular baseada na ideia e na prática da partilha educativa dos saberes de intelectuais e de membros da classe média, em permanente cruzamento com os saberes contextuais dos povos, nas suas diferentes aceções (SOUZA, 2007).

Mas vejamos, mais em pormenor, as diferentes abordagens do conceito em questão, no caso do contexto português.

Referindo-se ao papel da escola, nas sociedades industriais de modo de produção capitalista, Mónica (1976) acentua o papel conservador das classes dirigentes, em Inglaterra e em Portugal, quando ambas «tentaram deliberadamente impedir o desenvolvimento da educação popular» esclarecendo, a propósito de outro país, que o que estava em causa era «oferecer um mínimo de instrução a toda a gente» (p. 853). Estamos, portanto, no campo da educação puramente escolar, objeto que a autora aprofunda em texto posterior (1980), quando fala da questão do 'ensino popular'. Numa análise às perspetivas educativas de republicanos e operários, nas primeiras décadas do século XX, a autora acentua o carácter igualitário da posição liberal dos republicanos, a partir da ideia de que «a educação popular devia ser laica, democrática e nacionalista» (p. 500). Em Portugal, um pequeno livro de Melo e Benavente (1978) define, talvez pela primeira vez no nosso país, o conceito de educação popular, a partir do relato das experiências populares do pós-25 de abril de 1974, acompanhadas institucionalmente pela Direcção Geral da Educação Permanente, de que os autores foram responsáveis no período entre outubro de 1975 e julho de 1976.

Interessa ver, então, o que se passou a partir da revolução de abril de 1974, no campo dos movimentos populares.

2. O movimento popular do 25 de abril de 1974

Tanques prenhes de militares e decorados de povo, de brilho nos olhos e cravo na mão. Um cartaz com um menino sujo, colocando um cravo na espingarda de um soldado. Estas são iconografias simbólicas da revolução de

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

abril de 1974, num Portugal triste e aprisionado. Mas o 25 de abril foi muito mais do que esta descrição simbólica pretende mostrar. Vejamos o quê.

Em 25 de abril de 1974 um golpe militar chefiado por capitães, derruba o estado fascista e abre caminho a uma mudança de regime. Os dias que se lhe seguiram marcaram o país de forma até então nunca vista. Inicialmente, o golpe de estado do Movimento das Forças Armadas (MFA), pretende apenas uma solução pacífica de transição do regime, apelando a que as pessoas se mantenham pacificamente em casa a aplaudir os acontecimentos. No entanto, a vaga de explosão popular, que liberta as energias coartadas durante os 48 anos de ditadura, abre todos os caminhos possíveis do combate político, social e económico jamais visto em Portugal.

Para Rosas (2004) a revolução portuguesa que se seguiu ao 25 de abril, «foi a última revolução de esquerda da Europa do século XX», tendo influenciado outras transições democráticas europeias, sobretudo em Espanha (pp. 24-25). A revolução portuguesa marca uma época simbólica da transformação social contemporânea. E isso por que teve origem numa «inesperada vaga de iniciativa popular e cidadã que...irrompe do golpe militar e o faz outra coisa, vai, pela primeira vez, virar esse mundo do avesso» (p. 19). Esse mundo era o do estado repressivo e violento; o do desemprego e baixos salários; o da discriminação salarial e de género; o da pobreza e da guerra. Esse mundo de crise, que se agudizara desde 1969, foi o que permitiu a explosão do movimento popular que se seguiu ao 25 de abril. Para Sousa Santos (1992) ele «foi sem dúvida o movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra» (p. 27).

Para explicar a transformação do golpe em revolução, Rosas (2004) apresenta três razões: i) a neutralização das forças armadas enquanto aparelho repressivo; ii) a crise do poder do estado; e iii) a explosão da tensão social

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

acumulada no final do regime anterior. Neste contexto, a ofensiva popular permite-se pensar que também era possível vencer o estado (BERNARDO, 1994), desenvolvendo a sua ação de forma autónoma e espontânea, numa primeira fase e de forma mais politicamente marcada numa segunda (ROSAS, 2004).

Na verdade são os alicerces do estado capitalista que são atacados. Ao analisar a crise e a reconstituição do estado após 10 anos de democracia, Sousa Santos (1992) refere que no período revolucionário o estado sofreu, ao mesmo tempo, de várias crises: em primeiro lugar uma crise de hegemonia; em segundo lugar e proveniente da anterior, uma crise de legitimação; no conjunto, o estado acabaria por quase soçobrar a partir de uma crise da sua matriz organizativa, na administração e na forma de regime. Mas é preciso perceber, com o autor, que o «colapso do regime em 25 de abril não implicou o colapso generalizado do Estado» (SOUSA SANTOS, p. 27). Daí alguma facilidade na dita 'normalização' e na reconstrução lenta e desigual do aparelho de estado, a partir do golpe do 25 de novembro de 1975, como aponta Stoer (1986).

A propósito desta importante questão estrutural, Bernardo (1994) mostra como a participação dos trabalhadores nos processos democráticos de gestão e de controlo produtivo, nos períodos revolucionários, pode constituir um estímulo à reconstrução capitalista do estado. O que se passou no período em análise foi o facto de muitas organizações do poder popular (comissões de trabalhadores e de moradores, por exemplo) terem agido como defensoras de relações de produção pautadas pela importância do estado como fator enquadrador de poder. Convém aqui recordar Lucaks e Schaff (1973) quando referem que, nas alturas históricas em que a burguesia pretende defender o capitalismo por via da economia planificada, pode desenvolver-se uma 'estranha réplica' por parte de certas

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

frações do proletariado, a qual consiste na sua capitulação perante uma burguesia de estado.

Ao contrário, segundo Bernardo (1994), o potencial revolucionário do movimento operário só se encontra quando se estabelecem novas relações de produção, em torno da organização associada e direta da produção. Estas relações só podem encontrar-se a partir do «relacionamento comunitário e igualitário que os trabalhadores estabelecem entre si quando lutam com iniciativa e autonomia» (p. 210). Esta ideia deve muito a Mészáros (2005), enquadrada no conceito de ‘sociedade de produtores livremente associados’. Para se defender, o capital utiliza a alienação das mediações de segunda ordem, como o estado, o mercado e o trabalho subordinado. Contra este sistema o autor defende a automeiação, através da liberdade substantiva e da igualdade, numa ordem regulada pela produção livre associada. Nenhuma destas emancipações será possível sem a intervenção ativa da educação, na perspetiva «de uma ordem social que vá para além dos limites do capital» (p. 73).

Canário (2007a) corrobora esta opinião. Reconhece que o movimento popular esteve amarrado a um conjunto de contradições imposto por uma visão de ‘capitalismo de estado’, ou por via de influências partidárias ou por uma perspetiva estado-cêntrica da ação política e educativa (2009). No entanto, reconhece que o contexto de crise de poder do estado, dos patrões e do aparelho militar, permitiu o aparecimento de «novos tipos de relações sociais e novos modos de organização social e de exercício do poder, materializados na criação generalizada de ‘comissões’ nos bairros, nas aldeias, nas empresas e nos quartéis» (2007a, p. 13). Estas comissões, eleitas e destituídas pelas bases, exerceram grande parte do controlo político, social e económico nos locais de trabalho e de estudo, inaugurando uma experiência de democracia de base operária nunca vista, alcançando mesmo situações de autogestão e de controlo

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

operário em várias empresas e cooperativas de produção agrícola. A propósito, são conhecidas as ocupações radicais de casas, por todo o país, logo a seguir ao dia 25 de abril, e o movimento grevista 'selvagem', dos meses de maio a agosto de 1974 (MARTINS RODRIGUES, 1994; PALACIOS CEREZALES, 2003; ROSAS, 2004). Para Palacios Cerezales trata-se de «um momento anómalo, sem passado próximo nem continuação, na história dos movimentos populares portugueses» (p. 20). Na verdade, o que esteve em causa naquele momento histórico foi, uma vez mais, o problema do controlo do poder, tal como em outras épocas revolucionárias. De acordo com Gramsci (2004), só através da luta pelo controlo operário a classe operária pode adquirir consciência de 'sua autonomia e de sua personalidade histórica'.

A espontaneidade presente no movimento social do 25 de abril de 1974 parece ser uma das características evidentes das grandes revoluções. Já Pannekoek (2007) apontava a explosão espontânea das 'greves selvagens' (ilegais ou não oficiais) que se disseminavam como 'fogo na pradaria'. Contrariando as burocracias sindicais legais, essas ações assumiam processos de extrema solidariedade, combatividade e organização popular e anunciavam novas formas de combate ao capital. Para o autor a «auto-emancipação das massas trabalhadoras subentende a autonomia de pensamento, a aprendizagem por si mesmo» (p. 89), de modo a combater a permanente dominação de classe da burguesia e do capitalismo.

Segundo Palacios Cerezales (2003) esse movimento representa uma «desordem subversora em marcha, grandes movimentos telúricos de massa visando derrubar a ordem estabelecida...» (p. 32) e que se agigantam muitas vezes sem qualquer direção ou controlo político-partidário. Foi o que aconteceu em Portugal durante 19 meses, entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975 (MARTINS RODRIGUES, 1994; ROSAS, 2004). Para o primeiro autor

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

recordar esses tempos é lembrar «a palpitação dessas jornadas de insatisfação e rebeldia, em que tudo era possível e cada um sentia que o rumo do país estava também nas suas mãos» (p. 7). Os 19 meses de “conflito intenso” (SANTOS E CASIMIRO, 2004) ou os “memoráveis 580 dias de ‘poder popular’” (MARTINS RODRIGUES, 1994) deixaram um rasto identificável de ‘mobilizações populares’ que se podem traduzir de forma quantitativa ou qualitativa (PALACIOS CEREZALES, 2003). Dessas mobilizações sobressaem «a aparição e rapidíssima difusão de formas organizativas inovadoras nos bairros e nas empresas e a adoção de reportórios de ação transgressores, tais como a ocupação de casas, terras e fábricas...» (p. 19).

Para Hammond, que estudou o processo revolucionário em Portugal, tratou-se de um novo modelo de revolução baseado no poder popular. Neste, a participação popular foi decisiva para a construção de formas de socialismo, através da construção exuberante de organizações de massas e do ‘empowerment’ do povo nesse processo.

Ao estudar em pormenor o papel das ‘comissões’ no processo coletivo de aprendizagem, Canário (2008) mostra que apenas num período curto de 25 de abril a 31 de maio de 1974, ocorreram cerca de 158 conflitos laborais, muitos deles com paralisações, em setores da indústria e dos serviços. Se esta crise, laboral e grevista, se estendia e se acentuava desde o último trimestre de 1973, ela traria dados novos. O principal foi, sem dúvida, segundo Canário (2008) a «passagem de modalidades de luta centradas na reivindicação económica, para formas de luta que, subvertendo as relações de poder no interior das empresas, assumiram o carácter de um movimento político» (p. 22).

Se a revolução acabou, a partir do golpe contra-revolucionário do 25 de novembro de 1975 (ROSAS, 2004), ela pôde prolongar-se ainda em greves e manifestações, ocupações de casas e de empresas, até se ‘normalizar’ com as

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

eleições de abril de 1976 e com a aprovação da constituição da república nesse ano (STOER, 1986). Como explica Rosas (2004) «a revolução acabou, fruto de um processo de contenção, e...um processo de contra-revolução legislativa que esvaziou progressivamente a parte mais avançada do património revolucionário» (p. 48). A partir daí a reforma agrária, o controlo operário, a democracia direta, as nacionalizações, o socialismo constituem os alvos a abater da chamada “normalização”. Para Santos e Casimiro (2004) as forças políticas coligadas no golpe contra-revolucionário «impuseram a democracia liberal, encerrando a hipótese de luta pelo poder popular e a burguesia retomou o controle da situação política e económica» (p. 160).

Convém recordar, voltando um pouco atrás, que desde o primeiro momento Melo e Benavente (1978) se tinham apercebido da dificuldade das organizações populares de base poderem vingar. No trabalho que referenciamos tinham alertado para o facto de que «as associações de educação popular e outras organizações similares têm de aceitar a ideia de uma existência difícil, sempre exposta ao duplo risco da recuperação e da marginalização» (p. 18). O tempo veio a provar que, como disseram os autores no mesmo trabalho, a educação de adultos só poderia ser obra dos próprios adultos.

De qualquer modo, para Rosas (2004) é preciso dizer que se há marca perdurável na democracia portuguesa, ela entronca substancialmente no período revolucionário pós-25 de abril. Esse período «ficou como património que tem sido, até agora, estável...um núcleo de aquisições fundamentais que subsiste como sua marca genética» (p. 48). Em texto síntese sobre a primeira década pós-revolução de abril, Grácio (1986) já destacara as dimensões educativas óbvias presentes no período em análise.

3. A educação popular no período 1974-1976

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

Considerando que no período entre 1974 e 1976 se tinha vivido um conjunto de iniciativas 'de educação popular', Melo e Benavente (1978) acrescentam que a sua perspetiva não estava agarrada a dimensões correntes de educação de adultos, como por exemplo a alfabetização, que separava letrados e iletrados, defendendo que se devia «conseguir que a educação dos adultos fosse obra dos próprios adultos» (p. 7). Esta perspetiva assentou em várias ideias: i) a de que a iniciativa nascia autonomamente das movimentações populares no período histórico referido; ii) a de que as organizações populares de base assumiam um papel de associações de educação popular; e iii) a de que a iniciativa e a organização populares pretendiam resolver problemas detetados pelas próprias populações.

De forma sistemática, aceita-se que os autores se refiram à educação popular a partir da ideia de que «a organização coletiva autogerida criada para fazer face aos múltiplos problemas quotidianos já era uma forma de educação de adultos, podemos mesmo dizer de auto-educação de adultos» (p. 11). Esta perspetiva concetual nasce historicamente em concomitância e contraposição da perspetiva estatal, que desenvolveu um conjunto de iniciativas de cima para baixo. Referimo-nos, por exemplo, ao programa nacional de alfabetização de 1975, no seguimento das campanhas de alfabetização que se desenrolavam desde 1974, promovidas pelo MFA ou por estudantes universitários organizados nas suas estruturas associativas ou políticas, ou ainda enquadradas por programas governamentais. A estas ações aludiremos, em pormenor, mais à frente já que a sua crítica foi uma marca alternativa do conceito de educação popular que vimos explanando. No entanto, torna-se imperativo deixar, desde já, a crítica veiculada pelos autores que vimos referindo.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

Um dos aspetos acentuados por Melo e Benavente é o carácter quantitativista das metas a alcançar com a alfabetização, que transforma os analfabetos em ‘público’ contábil. Para além disso, a ação voluntarista e centralista era desadequada a um contexto de dinâmica popular, caracterizada por uma crescente auto-organização, com carácter de autonomia perante o estado. Como se refere, este movimento «explicava-se também por uma profunda tomada de consciência das populações que se uniam e organizavam para conquistar mais autonomia na definição e realização dos seus objetivos» (pp. 38-39).

De certa forma marcados pelo quadro mundial de dominância do conceito de ‘educação permanente’, os autores acabam por usar este quadro teórico para fundamentar as práticas de educação popular do período que analisaram. Assim, falam de «um conceito de educação em que os homens são os autores ou construtores dos seus próprios conhecimentos e uma metodologia de interação permanente entre centro e periferia, indivíduo e sociedade, teoria e prática, reflexão e ação» (p. 100). Lima (2005), ao analisar a evolução do associativismo democrático em Portugal, também confirma a multiplicidade de iniciativas educativas de organização popular, como eram comuns desde meados do século XIX. Diz o autor que todo o movimento popular que se seguiu ao 25 de abril, também conheceu formas de expressão de educação de adultos, tendo essa intervenção «ficado associada a lógicas de intervenção típicas da educação popular» (p. 37).

Talvez seja útil perceber, por agora, como se articulavam ou se opunham dois pontos de vista diferentes a que atrás aludimos, a propósito da educação que envolvia o ‘povo’. Stoer (1986), em obra obrigatória sobre o período de transição para a democracia em Portugal (considera o autor a década 1970-1980), analisa em pormenor aquilo a que chama as duas correntes mobilizadoras em conflito na

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

ação político-educativa. Ambas fazem parte do processo de mobilização educacional da revolução portuguesa, e expressam diferentes concepções da política, enquanto agentes da revolução. A uma ele designa como corrente da 'alfabetização'; a outra chama-a de 'poder popular'. A corrente da alfabetização pretendia «a expansão imediata do sistema educativo através da abertura das portas da escola a toda a comunidade portuguesa» (p. 32). A ideia era a de desenvolver um poder centralista, no qual a escola serviria de suporte educativo. Do outro lado, a corrente do poder popular «dava prioridade à condenação da natureza de classe da escola 'capitalista', num Portugal capitalista, e a sua substituição através da criação imediata da escola 'socialista'» (p. 32). Nesta corrente a escola funcionaria como contra-instituição de democracia direta e participativa.

Para além de perspetivas teóricas e educacionais diferentes, durante o chamado 'período revolucionário em curso' (PREC), as duas correntes assumiram posições de conflito quase sempre ancoradas em posições pedagógicas diferenciadas. Stoer dá disto vários exemplos, sobretudo quando mostra a insatisfação política de vários governantes sobre a ação política nas escolas, considerada pela corrente 'alfabetizadora' como 'agitação burguesa'. Ao contrário, a corrente do 'poder popular' assumia aquela ação como iniciativa local de construção da escola 'socialista', em alternativa ao poder centralista do Ministério da Educação. Para a corrente do 'poder popular' o principal objetivo era a «ação direta na luta local», como significado de uma ação pedagógica na revolução, assente no diálogo social e na participação popular. Para a corrente da 'alfabetização' a prioridade estava na luta organizada de cima, e calculada «de modo a atingir e consolidar o poder» (p. 158). Stoer recorda que a corrente da 'alfabetização' assentou a sua concepção, entre outros, em três projetos fundamentais: na Campanha de Dinamização Cultural promovida pelo MFA e nos

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

projetos ministeriais do Serviço Cívico Estudantil e da Educação Cívica Politécnica.

De forma sistematizada, as duas correntes defendiam vias diferentes para a restauração da democracia. Para a corrente da ‘alfabetização’ a ‘educação’ e a ‘cultura’ eram levadas até ao povo, de modo doutrinário. Para o ‘poder popular’, que considerava os métodos da alfabetização ‘castradores’ das dinâmicas populares, a prioridade estava em deixar as pessoas falarem e agirem com autonomia (1986).

É assim que Santos Silva (1990) considera que das campanhas de alfabetização, no campo da educação de adultos, resultou uma campanha de doutrinação e conversão ideológica das ‘vítimas do obscurantismo’. Para o autor, os programas estavam marcados por uma «conceção de dinamização do centro para a periferia... e do vértice da pirâmide do poder social para a base» (p. 20). No mesmo sentido, as campanhas de dinamização cultural tiveram como efeito uma oposição contraproducente da parte de populações camponesas, vistas como reacionárias pela visão romântica dos militares (VESPEIRA DE ALMEIDA, 2008).

Em texto mais tardio, Lima (2005) reflete sobre as duas referidas correntes presentes no período pós-revolucionário. Diz o autor que ‘a educação popular de base’ nasceu diretamente das iniciativas conduzidas por instituições e atores do campo popular, que se disseminaram por todo o país, à margem do estado centralizador e reivindicaram junto do mesmo os apoios a que julgavam ter direito. A sua autonomia relevava do facto de serem «construções descentralizadas, rejeitando o protagonismo dos poderes centrais e dos aparelhos burocráticos estatais, bem como as lógicas mais típicas das campanhas de alfabetização» (p. 38). Esta lógica da corrente alfabetizadora, ora assumia um figurino estatal e centralizador, inspirado em experiências latino-americanas, ora encarava a

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

mobilização revolucionária a partir de uma doutrinação política e educativa, dirigida por aparelhos centralizados.

A formulação de Stoer (1986) vem a servir de base à reflexão posterior sobre o conceito de educação popular. É a partir dela que Canário (2007a) desenvolve a sua definição específica. Diz o autor que é na dinâmica popular que os trabalhadores desenvolvem o seu processo coletivo de aprendizagem, pela participação política e pelo debate, por via da organização coletiva, da liderança e da autonomia. Para ele «em síntese, é na ação transformadora que se aprende a exercer a democracia. É nesta perspetiva que uso e deve ser entendida a expressão ‘educação popular’ a não confundir com a pretensão de ‘educar o povo’, presente na chamada ‘corrente da alfabetização’» (p. 14).

A propósito do trabalho coletivo desenvolvido pelos trabalhadores nas prisões políticas do fascismo, o autor mostra como essa educação se processava. Por um lado, permitindo uma ‘reversibilidade’ entre os papéis de quem ensinava e de quem aprendia. Por outro lado, estabelecendo processos de aprendizagem a partir da diversidade de conhecimentos, experiências e posições políticas. Em situações limites como a que o autor descreve, a importância das aprendizagens coletivas, baseadas na igualdade e na solidariedade, são decisivas para a sobrevivência. Daí, a importância atribuída às aprendizagens sobre comportamentos e atitudes de resistência ou sobre os códigos de conduta e de informação partilhada. Como afirma Canário: «paradoxalmente, a situação mais repressiva pode coincidir com a ‘liberdade’ e a ‘autonomia’ dos sujeitos que aprendem» (2007, p. 21). Para o autor, os conceitos de educação e de autonomia devem articular-se dialeticamente com outro conceito, o de emancipação, enquanto objetivo da ‘luta social’. Paulo Freire (2002) descrevera bem esta situação-limite, quando se referiu à necessidade dos homens combaterem a sua opressão desumanizante. De acordo com o autor, para «alcançar a meta da

humanização...é imprescindível a superação das “situações-limites” em que os homens se acham quase coisificados» (p. 95).

No conceito de educação popular que estamos a abordar interessa-nos, sobretudo, a ideia de ‘autonomia’ presente no processo educativo, em contraponto com a ideia contrária de heteronomia. É sobre aquela dimensão que iremos falar de seguida.

4. A autonomia popular perante os vários poderes

Contrariando as campanhas de massa que pretendiam alfabetizar os iletrados do país, como «fator decisivo de transformação das estruturas mentais», Melo e Benavente (1978, p. 12) defenderam uma outra conceção autónoma no processo de apoio da DGEP às iniciativas de educação popular que decorriam em Portugal, nos anos de 1974 a 1976. Segundo eles: «em vez de nos preocuparmos com o que faltava a estas populações...queríamos partir do que elas tinham em abundância mesmo...a cultura popular» (p. 13). Assim, ao invés de colocar a ênfase nas fragilidades e lacunas da dinâmica popular, interessou aos referidos autores assentar a ação educativa nas potencialidades autónomas do saber popular. Saliente-se que esse saber tinha sido construído, quase sempre, na ausência e em confronto com o poder educativo das instituições patronais e estatais.

De facto, no período de movimentação popular pós revolução de abril, os trabalhadores deram provas de uma capacidade de mobilização educativa sem precedentes. Apesar das contradições atrás enunciadas, quer devido a instrumentalização partidária, quer por atração do poder de um capitalismo de estado, a ação popular «revelou uma *dimensão autónoma* considerável e em muitas situações incontrolável...» (CANÁRIO, 2007a, p. 13). Na verdade, este

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

autor mostra como no chamado movimento grevista selvagem, nas ocupações ou na autogestão e controlo operário, a luta não se travava só contra o estado capitalista, mas também tinha a oposição das burocracias sindicais e dos patrões (CANÁRIO, 2008). Numa publicação autobiográfica anterior, Monteiro³ (1982) tinha já descrito e analisado vários factos que provavam esta tese, entre os quais se destaca a experiência de autonomia operária das comissões de trabalhadores nas empresas e, em particular, a ação da efémera Comissão Inter-Empresas na cintura industrial de Lisboa.

Mas parece claro que os movimentos populares não se limitaram a escolher de entre uma das duas vias atrás enunciadas: o enfeudamento partidário ou a atração capitalista estatal. Em texto sobre a reconstituição do estado em Portugal, na década de 1974 a 1984, Sousa Santos (1984) defende que «os movimentos sociais populares não se reduziram a tais manipulações. Tiveram em muitas situações genuína espontaneidade, abriram novos espaços de sociabilidade e criatividade social, projetaram de forma inovadora soluções autónomas para os problemas das classes trabalhadoras...» (p. 19). Apesar da sua heterogeneidade, a movimentação popular conseguiu marcar presença no campo da afirmação política, como uma voz autónoma e desenvolver um processo de capacitação social e educativa nunca antes alcançada.

No período considerado é a perspectiva da educação popular que prevalece, dado que os movimentos sociais e culturais inscrevem na sua ação, sobretudo, o objetivo da alteração profunda das estruturas sociais. De acordo com Santos Silva (1990), os dados presentes permitem-nos tomar consciência dos «níveis de criatividade social, de participação dos cidadãos e de organização coletiva» (p. 19) que se viveu nos anos de 74-76. Um dos sentidos da educação

³ Manuel Monteiro foi operário cervejeiro na empresa Cergal, onde dirigiu a sua Comissão de Trabalhadores, e um dos principais dinamizadores da Comissão Inter-Empresas da Cintura Industrial de Lisboa.

popular deste período, que é destacada pelo autor, é a focalização da ação nas dimensões educativas das práticas sociais coletivas, em torno da autonomia das pessoas. Podemos concluir, assim, que esta perspectiva contrariou o modelo heterónimo centralista do estado, apostando numa ação mais lenta, de pequena escala e em contexto comunitário, e centrada sobre os processos educativos populares.

De facto, se a educação não é produto acabado, então «para nós a educação é, antes de mais, um processo libertador que tem em vista a autonomia das populações e não a sua dependência», concluem Melo e Benavente (1978, p. 99).

5. Alguns apontamentos sobre o contexto empírico

O Bairro de S. Francisco (nome que herdou de um convento quinhentista próximo) foi construído entre a cidade de Portimão e a Praia da Rocha, nas margens do rio Arade. O seu objetivo foi o de albergar a mão de obra operária, o mais próximo possível da fábrica de conservas “S. Francisco”, uma das unidades da empresa Júdice Fialho, situada na margem direita do rio, a cerca de 1000 metros da foz. Assim, todo o trabalho produtivo se servia de uma exploração da massa operária a qualquer hora do dia ou da noite, sendo apenas necessário que o pescado (sardinha e outras espécies) chegasse embarcado ao cais de descarga da fábrica.

Nesses inícios do século XX, a cidade de Portimão já vivia principalmente da atividade económica da indústria de conservas de peixe. Desde meados do século XIX a cidade vinha a expandir-se, na base da riqueza da burguesia industrial, em direção à frente ribeirinha (VENTURA E MARQUES, 1993). No território oposto ao da burguesia industrial, foram crescendo os bairros operários,

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

nos arredores das fábricas, inicialmente em barracas miseráveis, e depois em construções apertadas de alvenaria, levantadas pelo esforço braçal dos operários e pescadores, nas alturas do defeso⁴ da pesca.

O século XX consolidou a economia marítima da cidade, assente no “melhor porto” de pesca do Algarve e na produção agrícola associada, bem como com o comércio destes dois tipos de produtos. Esta atividade económica trouxe à cidade as populações camponesas dos arredores e das áreas serranas, que se fixaram sazonalmente, e mais tarde de forma definitiva, para trabalhar sobretudo na indústria conserveira, e a partir dos anos 60 do século passado no setor do turismo.

A pesca da sardinha iniciou-se com a técnica do cerco a vapor à americana⁵, com a embarcação “Portugal Primeiro”, propriedade do industrial Júdice Fialho, na última década do século XIX. Esta atividade empregava muitos trabalhadores, em terra e no mar, nas várias embarcações da frota pesqueira, intensificando a produção crescente de conservas de peixe para consumo interno e exportação para a Europa.

Entre 1910 e 1914 trabalhavam na pesca da sardinha cerca de 1300 homens. O número de embarcações de pesca cresceu de 241 em 1904 (inícios da indústria conserveira) para 844 em 1957, ano em que Portimão é o primeiro porto de pesca a nível de vendas no Algarve. A atividade piscatória e as condições ambientais do rio Arade justificaram a implantação de várias fábricas de conservas nas duas margens do rio.

Júdice Fialho instalou a sua primeira fábrica de conservas de peixe em azeite, no sítio de S. José (Portimão), em 1891. Em 1903 instalou a segunda fábrica, mais perto da foz do Arade, no local de S. Francisco, a jusante do

⁴ Defeso: período em que a pesca de determinadas espécies era proibida, criando problemas de desemprego temporário.

⁵ Tipo de cerco que utilizava redes de pesca largadas no fundo do mar.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

convento com o mesmo nome (VENTURA E MARQUES, 1993). As potencialidades de riqueza destas explorações atraem comerciantes e industriais estrangeiros, nomeadamente espanhóis da Andaluzia, sobretudo o industrial Feu Marchena que instalou uma grande fábrica a poente do mesmo convento de S. Francisco.

A fábrica “S. Francisco”, do industrial Júdice Fialho, segundo Duarte (2003) «foi instalada na Quinta Foz do Arade, que as gentes sempre designaram por Estrumal (Extremal) para o fabrico de conserva de atum...» (p. 22) e iniciou a sua laboração em 15 de maio de 1904. Em 1908 esta fábrica, em conjunto com as outras fábricas do ‘império’ Fialho, já protagonizava uma greve de operários soldadores, a primeira conhecida do movimento operário na cidade de Portimão. Esta greve, que pretendeu combater a introdução de máquinas automáticas de soldar as latas de conserva de peixe, estabelece uma correspondência evidente com os estudos de Karl Marx em *O Capital*. Como escreve Marx (1994) «A destruição das máquinas e a oposição geral, por parte dos trabalhadores, à introdução da maquinaria é a primeira expressão esclarecida de luta contra a produção capitalista desenvolvida, tanto como modo, quanto como meio de produção» (p. 104).

Em 1925 já se conhecem descrições do bairro operário da fábrica “S. Francisco” no Estrumal, por via de notícias na imprensa local e regional. No caminho entre a cidade cosmopolita de Portimão e a estância balnear de lazer turístico, que seria em breve a Praia da Rocha, encontravam-se as fábricas de conservas nas margens do rio Arade. A descrição, feita pelos jornais da época, diz-nos que «as habitações que Júdice Fialho tinha construído para os operários eram uns casebres toscos e insalubres, onde se acumulavam inúmeras famílias operárias, que espantavam e agoniavam os visitantes com o seu cheiro pestilento» (DUARTE, 2003, p. 176). Como é visível no citado excerto do *Diário*

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

do Algarve, a burguesia e o turismo nascente davam-se mal com a presença operária, explorando-a no trabalho da indústria de conservas de peixe, mas exigindo-lhe, por outro lado, que vivesse discriminadamente às escondidas.

A indústria viveu períodos de altos e baixos, devido às condições de instabilidade da pesca (volume e regularidade) e às condições do mercado internacional: cresceu com as necessidades de consumo durante a I Grande Guerra (nos anos de 1914-1918), mas decresceu com a elevação subsequente do preço do peixe.

No século passado, nos anos 30 e 40, mesmo apesar da II Grande Guerra, a indústria cresceu em número de fábricas e operários. Segundo Ventura e Marques (1993) «em 1946, treze industriais possuem 21 fábricas em Portimão... que produzem 39 marcas de conserva conhecidas e colocadas em toda a Europa por agentes das empresas exportadoras» (p. 83). Júdice Fialho, “o maior industrial portimonense”, nos finais dos anos 40, era proprietário de vasto património, que incluía fábricas e morgados agrícolas em vários locais do litoral português, “bacalhoeiros, fazendas e prédios”. No final dos anos 50 as conservas são o produto de maior exportação da cidade.

Nos anos 60 a indústria conserveira entra “em franca decadência”, dando lugar ao crescimento de outras indústrias e serviços, como a construção civil e o turismo. Para este declínio várias razões são apontadas: «ausência de investimento na modernização...falta de apoios estatais, a concorrência espanhola e marroquina, o aumento dos salários e a obrigatoriedade de contratação coletiva após 74» (VENTURA E MARQUES, 1993, p. 86). No caso particular da empresa que nos interessa, a Júdice Fialho, são apontadas razões muito mais prosaicas: uso dos lucros da exploração industrial em especulação imobiliária; branqueamento de capitais, através de negócios internacionais; uso da exploração do trabalho e dos equipamentos para interesses capitalistas

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

personais; projetos de transformação da indústria em complexos turísticos (COMISSÃO SINDICAL, s/ data).

O 25 de Abril de 1974 vem, portanto, apanhar a indústria conserveira em situação de declínio, próximo da crise. Em Portimão, o ‘império’ Júdice Fialho – constituído por fábricas e litografia, frota pesqueira, unidades de transformação e propriedades agrícolas – está depauperado. Como se pode verificar pelas referências enunciadas atrás, misturam-se razões estruturais e conjunturais para explicar a crise da indústria e, em particular, da fábrica que nos interessa, a de S. Francisco.

Com o início da negociação laboral em contratação coletiva, a partir de 1974, os acordos passam a vigorar para toda a empresa e a primeira questão reivindicativa que se coloca é o aumento dos salários. Em novembro de 1974, sete meses depois do 25 de abril, as dívidas à banca acumulavam 50 000 contos (250 mil euros atuais) e os administradores, depois de terem alterado o regime jurídico da empresa de ‘nome coletivo’ para ‘sociedade anónima’, quase a abandonaram. Pressionados pelas reivindicações dos trabalhadores, que exigiam melhores salários, contratação coletiva e melhores condições de trabalho e de vida, a administração foge para Lisboa em trânsito para o Brasil (COMISSÃO SINDICAL, s/ data).

Antes, desde o verão de 74 até dezembro do mesmo ano, os trabalhadores das três fábricas de Portimão da Júdice Fialho desenvolvem uma luta para expulsar o capataz da empresa, acusado de ‘arbitrário’ e de ‘ditatorial’. Para alcançar os seus objetivos formaram piquetes nas entradas das fábricas e dos escritórios, e ameaçaram iniciar uma greve contra os embarques de conservas, com vista ao seu saneamento definitivo (JORNAL DO ALGARVE, 1974).

Em Março de 1975, o Conselho de Administração procede ao registo notarial de alterações estatutárias visando o seu maior controlo e uma maior

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

capacidade de apropriação dos bens da empresa, em caso de potencial intervenção (JORNAL DO ALGARVE, 1975).

Nessa altura os trabalhadores, através da sua Comissão de Trabalhadores e mais tarde com o apoio da Comissão Sindical, iniciam um longo processo de luta com denúncias que virão a desencadear diversos inquéritos, inspeções e relatórios, com vista à intervenção estatal. Em junho de 1975 «as fábricas andavam a trabalhar três dias por semana (mínimo contratual) e por vezes com matéria-prima a baixo custo» (COMISSÃO SINDICAL, p. 12). As sucessivas inspeções das Finanças, da Polícia Judiciária e da Direcção Geral do Planeamento das Pescas concluem pela necessidade da intervenção estatal, objetivo central da Comissão Sindical afeta ao Partido Comunista Português. Em despacho de 14 de novembro de 1975, o Governo determinou a intervenção do estado na Júdice Fialho e em mais duas empresas conserveiras do Algarve tendo nomeado, para a primeira, uma comissão administrativa (JORNAL DO ALGARVE, 1976).

A partir de 1976, a empresa é reorganizada em moldes estatais e reequipada, procurando novos mercados de exportação, sobretudo no leste da Europa e em particular na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Desde então a Júdice Fialho 'intervencionada' passa a ser alvo da atenção dos membros do governo, responsáveis pela área das pescas, por causa das suas experiências-piloto no campo da introdução de inovação tecnológica (JORNAL DO ALGARVE, 1976).

No opúsculo que temos vindo a referir, editado pela Comissão Sindical da empresa Júdice Fialho (muito provavelmente datado de 1978), afirma-se que após a intervenção estatal «aquilo que já foi alcançado em 1977 pode considerar-se um grande objetivo conseguido e uma grande vitória social» (p. 14). A comissão elenca um conjunto de resultados que mostram essa 'vitória social':

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

trabalho a tempo integral de todos os trabalhadores e aumento do número dos mesmos; reequipamento tecnológico e reorganização empresarial; conquista de novos mercados estrangeiros e implantação nacional; promoção externa; e construção de equipamentos sociais.

Como vimos anteriormente a propósito do país, e correspondendo à movimentação popular originada com o 25 de abril, também os trabalhadores da indústria conserveira de Portimão se organizaram nos sindicatos existentes (ou nas suas delegações) ou criando novas estruturas sindicais onde estas não existiam. Na empresa Júdice Fialho (que integrava a fábrica “S. Francisco”, junto da qual se localizava o bairro operário do Estrumal) sabe-se da existência da Comissão de Trabalhadores (CT) desde outubro de 1974, sobretudo pela sua ação no saneamento do chefe do escritório, João do Vale Baracho, considerado o ‘pide do Fialho’⁶. Nesse processo participaram, para além da CT, representantes das direções sindicais dos sindicatos mais representativos da empresa: Sindicato dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe de Olhão/Secção de Portimão, Sindicato Livre dos Pescadores e Sindicato dos Motoristas Marítimos (JORNAL DO ALGARVE, 1974).

A luta pelo saneamento do gerente do Fialho foi concomitante com a negociação do primeiro Contrato Coletivo de Trabalho para a indústria conserveira, negociado após o 25 de Abril. A operária conserveira Maria Luísa Ernesto, trabalhadora de outra fábrica portimonense (“Liberdade”) e futura dirigente do Sindicato dos Conserveiros, dá conta desses tempos: «...começámos a luta por um horário fixo, já que antes do 25 de abril nós não tínhamos horário semanal e tanto trabalhávamos 2 ou 3 horas como dias e noites seguidas...Era

⁶ ‘Pide’ era a forma vulgar de designar pessoas afetas ao regime fascista em Portugal, que vigorou entre 1926 e 1974. Os governos de António Salazar e de Marcelo Caetano usaram uma polícia política repressiva inicialmente designada Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que posteriormente adotou outros nomes.

bem duro» (ERNESTO, 1994, p. 15). Essa luta das conserveiras de Portimão acabaria por determinar uma contratação coletiva que incluía o fim do serão, um horário de 32 horas semanais fixas e o fim de prémios e registos de peixe trabalhado.

Tal como a nível nacional, na indústria conserveira de Portimão os seus sindicatos foram tomados por trabalhadores e funcionários afetos ao Partido Comunista e integrantes da Intersindical Nacional, única central sindical da altura (LISI, 2007). Também aqui, o processo orgânico de democracia de base dos trabalhadores, mobilizados em torno da sua comissão de trabalhadores, acabou por ser absorvido e arregimentado pela estrutura sindical, mais poderosa e com apoios do estado (MARTINS RODRIGUES, 1994).

6. Algumas notas finais

A investigação existente sobre o período pós-revolucionário de 1974-1976, em Portugal, tem sido efetuada sobretudo pela história regional e local, que tem oferecido contributos científicos importantes à compreensão social desse tempo. Alguma dela tem abordado o papel decisivo das organizações de base dos trabalhadores, no desenvolvimento de processos de combate político contra a exploração e o capitalismo.

Apesar de ser um período histórico e social complexo, existem poucos estudos realizados sobre o tema dos processos e instrumentos educativos populares, que apontem numa perspetiva autónoma e emancipatória de transformação social radical.

No campo da educação, têm sido realizadas insuficientes investigações empíricas sobre a educação popular, em particular tendo como base o movimento operário. Neste sentido pensamos que foi possível, com o presente artigo, acrescentar alguns contributos teóricos sobre o papel da educação popular na

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

construção da educação e formação dos adultos, num contexto de desenvolvimento de um movimento social popular.

Acresce o facto de a abordagem metodológica ao tema ter vindo a ser feita muito por via de métodos e técnicas clássicas da investigação em ciências sociais, sobretudo por via da pesquisa documental ou biográfica. O uso de um paradigma metodológico assente na história oral das pessoas protagonistas dos processos de aprendizagem, independentemente de uma interpretação do investigador, parecerá claramente mais eficaz, porquanto ao mesmo tempo que se revelam como atores, aqueles podem assumir um papel reflexivo como autores de história.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

Referências

- BERNARDO, João. “Autonomia dos Trabalhadores, Estado e Mercado Mundial”. In F. M. Rodrigues (Coord.), O Futuro era Agora. O movimento popular do 25 de Abril. (pp. 207-213). Lisboa: Edições Dinossauro, 1994.
- CANÁRIO, Rui. Educação de Adultos. Um campo e uma problemática. Lisboa: Educa, 1999.
- _____. “A educação e o movimento popular do 25 de Abril”. In R. Canário (Org.), Educação Popular e Movimentos Sociais (pp. 11-35). Lisboa: Educa, 2007a.
- _____. “Aprender sem ser Ensinado. A Importância Estratégica da Educação Não Formal”. In Conselho Nacional de Educação, A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns Contributos de Investigação (pp. 207-267). Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2007b.
- _____. “Movimentos Sociais e Educação Popular. Lutas nas empresas em Portugal, após o 25 de Abril”. *Perspectiva*, 26 (1), pp. 19-39, 2008.
- _____. “Trabalho, educação e emancipação social”. In S. M. Rummert, R. Canário e G. Frigotto (Orgs), Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal (pp. 23-44). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.
- CARRÉ, Philippe & CASPAR, Pierre. Tratado das Ciências e das Técnicas da Formação. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- COMISSÃO SINDICAL. A Realidade Júdice Fialho. O passado e o presente. Portimão: Comissão Sindical de Júdice Fialho, s/ data.
- DUARTE, Maria João Raminhos. Portimão. Industriais Conserveiros na 1ª Metade do Século XX. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

- ERNESTO, Maria Luísa. “O mestre disse que a Pide tinha fugido”. In F. M. Rodrigues (Coord.), O Futuro era Agora. O movimento popular do 25 de Abril (pp.15-16). Lisboa: Edições Dinossauro, 1994.
- FINGER, Matthias & ASUN, José Manuel. A Educação de Adultos numa Encruzilhada. Aprender a Nossa Saída. Porto: Porto Editora, 2003.
- FREIRE, Paulo. A Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GEERTZ, Clifford. La Interpretación de las Culturas. Barcelona: Gedisa, 1997.
- GRÁCIO, Rui. “A educação, dez anos depois. Que transformações, que rupturas, que continuidades?”. Revista Crítica de Ciências Sociais, nºs 18/19/20, pp. 153-182, 1986.
- GRAMSCI, António. Escritos Políticos, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.
- HAMMOND, John. Building Popular Power. Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1988.
- JARVIS, Peter. “Globalização e o mercado da aprendizagem”. In L. C. Lima (Org.), Educação de Adultos. Fórum II (pp. 29-41). Braga: Universidade do Minho, 2000.
- JORNAL DO ALGARVE. Números avulsos. Vila Real de Stº António: Jornal do Algarve, 1974-1976.
- LIMA, Licínio. “A Educação de Adultos em Portugal (1974-2004)”. In R. Canário e B. Cabrito (Org.), Educação e Formação de Adultos. Mutações e convergências, pp. 31-60. Lisboa: Educa, 2005.
- LISI, Marco. “O PCP e o processo de mobilização entre 1974 e 1976”. Análise Social, vol. XLII (182), pp. 181-205, 2007.
- LUKACS, Georg & SCHAFF, Adam. Sobre o Conceito de Consciência de Classe. Porto: Escorpião, 1973.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

- LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-Moderna. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MARX, Karl. “Maquinaria e Trabalho Vivo (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador)”. Crítica Marxista, nº 1, pp. 103-110, 1994.
- MARTINS RODRIGUES, Francisco (Coord.). O Futuro era Agora. O movimento popular do 25 de Abril. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994.
- MELO, Alberto & BENAVENTE, Ana. Educação Popular em Portugal (1974-1976). Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital. S. Paulo: Boitempo Editorial, 2005
- MÓNICA, Maria Filomena. “A sociedade, o Estado e a educação popular: Inglaterra, Portugal e Japão”. Análise Social, vol. XII (48), 4º, pp. 853-871, 1976.
- _____. “Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX”. Análise Social, vol. XVI (63), 3º, pp. 499-518, 1980.
- MONTEIRO, Manuel. Perder a Esperança Porquê? Um operário fala do seu tempo. Coimbra: Centelha, 1982.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago. Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977). Oeiras: Celta Editora, 2004.
- PALACIOS CEREZALES, Diego. O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- PANNEKOEK, Anton. A Revolução dos Trabalhadores. Florianópolis: Editora Barba Ruiva, 2007.
- RODRIGUES, José Manuel. “O ‘império’ Fialho”. In M. G. Marques (coord.), O Algarve da Antiguidade aos nossos dias, pp. 405-412. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 16 – 2013

ROSAS, Fernando. “Notas para um Debate: A Revolução e a Democracia”. In F. Louçã e F. Rosas (Org.), Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril, pp. 15-49. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

SANTOS SILVA, Augusto. Educação de Adultos. Educação para o desenvolvimento, Porto: Edições ASA, 1990.

SANTOS, Carlos & CASIMIRO, José. “O Big-Bang dos Movimentos Sociais”. In F. Louçã e F. Rosas (Org.), Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril, pp. 157-188. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

SEGUNDO, Maria Luísa. “Dormir ao relento à porta da fábrica”. In F. M. Rodrigues (Coord.), O Futuro era Agora. O movimento popular do 25 de Abril, p. 152. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994.

SOUSA SANTOS, Boaventura. “A crise e a reconstituição do estado em Portugal (1974-1984)”. Revista Crítica de Ciências Sociais, 14, pp. 7-29, 1984.

_____. O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988). Porto: Edições Afrontamento, 1992.

_____. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Porto: Afrontamento, 1993.

SOUZA, João Francisco. “Educação popular e movimentos sociais no Brasil”. In R. Canário (Org.), Educação Popular e Movimentos Sociais, pp. 37-80. Lisboa: Educa, 2007.

STOER, Stephen. Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, uma década de transição. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

VENTURA, Graça & MARQUES, Graça. Portimão. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

Data de recebimento: 17/02/2013

Data de aprovação: 25/03/2013